

ATA SEI



**SECRETARIA DE MEIO AMBIENTE**  
**CONSELHO GESTOR DA UNIDADE DE CONSERVAÇÃO**  
**ÁREA DE PROTEÇÃO AMBIENTAL - APA SERRA DONA FRANCISCA**



01/06/2005  
21 Anos

A Presidência do Conselho Gestor da **APA** Serra Dona Francisca, faz saber: O Sistema Nacional de Unidades de Conservação - SNUC, ([Lei Federal nº 9.985, de 18 de julho de 2000](#)), dispõe sobre os critérios de criação, implantação e gestão das Unidades de Conservação. A Área de Proteção Ambiental - APA Serra Dona Francisca por suas características naturais relevantes, foi instituída pelo ([Decreto nº 8.055, de 15 de março de 1997](#)). O Conselho Gestor da Área de Proteção Ambiental APA Serra Dona Francisca, foi criado por intermédio do ([Decreto nº 12.423, de 01 de junho de 2005](#)), e suas alterações, tendo função de deliberar a respeito da administração dessa Unidade de Conservação, conforme seu Regimento Interno, ([Decreto nº 62.982, de 25 de outubro de 2024](#)), e suas alterações, e, por intermédio de seu [Plano de Manejo](#), aprovado pelo ([Decreto nº 20.451, de 17 de abril de 2013](#)). As Reuniões Plenárias Ordinárias ocorrem conforme [Calendário Anual](#), e demais informações ou inscrições para as atividades do Conselho poderão ser solicitadas através do e-mail: [sama.uac@joinville.sc.gov.br](mailto:sama.uac@joinville.sc.gov.br)

**Ata da Reunião Ordinária do Conselho Gestor da APA Serra Dona Francisca, realizada em 03/02/2026.**

No terceiro dia, do mês de fevereiro, do ano dois mil e vinte e seis, às dezoito horas e quinze minutos, apurado o quórum regimental para início das atividades reuniu-se o Conselho Gestor da APA Serra Dona Francisca no Auditório da Unidade de Desenvolvimento Rural da Secretaria de Desenvolvimento Econômico e Inovação (SDE.UDR), na Rodovia SC 418, Km 03, nº 271 - Distrito de Pirabeiraba, Município de Joinville, Estado de Santa Catarina. [Estiveram Presentes](#) os seguintes [Integrantes](#) do Conselho Gestor da APA Serra Dona Francisca, mandato de 01/01/2026 à 31/12/2027, conforme [Decreto nº 70.060, de 16 de dezembro de 2025](#), e suas atualizações: Fábio João Jovita, Presidente do Conselho Gestor da APA; Magda Cristina Villanueva Franco, da SAMA.UGA; Marli Fleith Sacavem, da APROÁgua; Nivaldo Fleith Sacavem, da AMEM Mildau; Ademir Sgrott, da AJM; Julia Turrek de Santana, da OAB; João Paulo Freisleben, da APIVILLE; Paulo Roberto Schulze, da ASBANVILLE; Rosângela Moser, da SECULT; Daiane Paul Nunes, da CAJ; Ernesto Caetano da Silva, da SDE.UDR; Jairo Machado, da SEPROT; Jackeline Elisandra Rode, da AMEM Morros; José Mário Gomes Ribeiro, do CHBB; Leonice Pries Schulz, da SAS; Felipe Romer Batista, da SEHAB; Jacson Gil Carneiro, da ACEF; Amanda Zimmermann Poltronieri, da ATERJ; Adilson Gorniack, da SEPUR; Karina Bianca Christ, do IMA; Sarah Sabrina Leal Francisco, da SAMA.UNF; Ruy Florêncio Teixeira Junior, da PMA; Anselmo Benvindo Cadorin, da AEA Babitonga, e, Juliana Kammer, da ACR. Estiveram também presentes: José Augusto de Souza Neto, Secretário Executivo do Conselho Gestor da APA Serra Dona Francisca; Da SAMA: Luiz Carlos da Silva Seixas; Da CAJ: Patrícia Helena Eggert Karnopp; Da APROÁgua, Manoel Luiz Vicente, Vanderlei Monteiro, Adilson Eichendorf; Da SECULT, Dalzemia Anselmo da Silva Souza, Felipe Souza Antão; Da SDE.UDR, Luiz Carlos Moreira da Maia, Josimar Neumann, Ricardo Alexandre Messias de Oliveira; Da Estância Rio do Tigre, Regina Maria Munhoz; Da Associação Quiriri, Jean Ricardo da Silva; Da AEA Babitonga, Guilherme Neitzel; Da SEPROT, Giampaolo Barbosa Marchesini, e, Da AMEM Mildau, Nulcemar Maysa Koetz. Na reunião foram desenvolvidos os seguintes assuntos pautados na convocatória: **1)** Aprovação Ata Reunião dia 16/12/2025; **2)** Eleição Vice-Presidência; **3)** Plano de Ação - Novo Plano de Manejo da APA; **4)** Sugestões de Pauta e Palavra Livre: IQA/PSA - CAJ; Marli Sacavem; Nivaldo Sacavem; Vanderlei Monteiro. **Pauta 1) Aprovação Ata Reunião dia 16/12/2025:** O Presidente do Conselho, Fábio João Jovita inicia a reunião saudando à Plenária, e questiona se todos os Conselheiros receberam a Ata da Sessão Ordinária do dia 16/12/2025, e se possuíam alguma contribuição ao texto. Não havendo manifestações colocou a Ata em votação, sendo aprovada por unanimidade dos votos dos Conselheiros. Não havendo demais manifestações, o Presidente do Conselho, Fábio João Jovita encerra esta pauta, passando para o próximo item. **Pauta 2) Eleição Vice-Presidência:** O Presidente Fábio Jovita abre este item explicitando o processo de eleição para a Vice-Presidência do Conselho da APA Serra Dona Francisca, reforçando que regimentalmente este cargo deve ser

exercido obrigatoriamente por uma entidade da Sociedade Civil, e não pelo poder público, ressaltando ainda que a função pertence à entidade e não à pessoa física do representante. Na sequência, antes de iniciar a escolha dos candidatos, o Presidente Jovita colocou em votação à Plenária o formato do pleito, sendo as opções de: voto secreto (cartão verde), ou voto aberto (cartão vermelho). Após duas rodadas de contagem para garantir a precisão, considerando apenas titulares, ou suplentes na ausência daqueles, o resultado foi de 9(nove) votos para o formato aberto, contra 7(sete) votos para o formato secreto, e 1(uma) abstenção. Desta maneira, definiu-se que a eleição seria realizada de forma aberta e auditável. Prosseguindo o rito, Jovita inquiriu quais entidades gostariam de ocupar a cadeira de Vice-Presidência, no que se manifestaram a APROÁgua, representada pela Conselheira Marli Fleith Sacavem, a ATERJ, representada pela Conselheira Amanda Zimmermann Poltronieri, e a OAB, representada pela Conselheira Júlia Turrek de Santana. O Presidente Jovita como medida de organizar a votação, atribuiu às manifestações, cartões coloridos para as candidatas, sendo, cartão vermelho para a APROÁgua, cartão verde para a ATERJ, e, cartão amarelo para a OAB. Após a anuência da Plenária com o rito exposto, o Presidente Fábio Jovita colocou em votação a eleição para a Vice-Presidência do Conselho Gestor da APA Serra Dona Francisca, sendo registrados 9(nove) votos para a APROÁgua (cartão vermelho), 5(cinco) votos para a OAB (cartão amarelo), e 3 votos para a ATERJ (cartão verde). Com esse resultado, a entidade APROÁgua foi eleita para exercer a Vice-Presidência do Conselho da APA Serra Dona Francisca no mandato de 2026 à 2027, na pessoa da Conselheira Marli Fleith Sacavem que foi agraciada com efusiva salva de palmas pela Plenária. Sem mais manifestações o Presidente Jovita encerra esta pauta, passando para o próximo item. **Pauta 3) Plano de Ação - Novo Plano de Manejo da APA:** O Presidente Fábio Jovita convida o Coordenador Josimar Neumann, da SDE.UDR para apresentação desta pauta, o qual cumprimenta a todos e inicia sua exposição mencionando que esta é a primeira reunião de 2026 referente ao Plano de Ação para a implementação do novo Plano de Manejo da APA Serra Dona Francisca. Josimar relata que após a finalização dos trabalhos pela consultoria STCP no final do ano passado, ocorreu sua transferência da Secretaria de Meio Ambiente (SAMA), para a Unidade de Desenvolvimento Rural (UDR), onde iniciou um diagnóstico das áreas e do Plano para estabelecer as estratégias de execução. Para o fim de atualizar os novos membros nomeados para o Conselho da APA, Josimar procedeu com uma retrospectiva do processo, mencionando a instituição do primeiro Plano de Manejo da APA, no ano de 2012. Em 2021 ocorreu a adesão do município ao consórcio CINCATARINA para a licitação conjunta de atualização dos Planos de Manejo da região; no período entre 2023-2025, foi efetivada a assinatura do contrato com a STCP, e desenvolvimento dos estudos técnicos e oficinas participativas. Em 2025, o Decreto de homologação foi encaminhado à Procuradoria e o novo Plano de Manejo está em fase final para publicação oficial. Como uma das primeiras ações práticas de implementação, vale destacar a criação do Espaço do Empreendedor Rural, vinculado à Secretaria de Desenvolvimento Econômico. Este local abrigará o Núcleo Dona Francisca, uma estrutura dedicada ao atendimento direto à população, oferecendo orientação próxima aos produtores rurais, proprietários de terras e novos empreendedores da região. O objetivo desta nova estrutura em 2026 é garantir que as diretrizes do Plano de Manejo sejam aplicadas de forma eficiente, facilitando o diálogo entre o Poder Público e quem deseja investir ou residir na área da APA Serra Dona Francisca. Josimar detalhou as diretrizes estratégicas para a gestão da APA Serra Dona Francisca em 2026, enfatizando a necessidade de uma articulação institucional mais robusta e de uma aproximação efetiva com a fiscalização e as diversas Secretarias Municipais. O objetivo central é mapear as ações dispersas em diferentes órgãos e garantir que os planos e programas de governo dialoguem entre si de forma integrada, a partir das oficinas realizadas com a comunidade, proprietários e produtores que enfrentam dificuldades para iniciar processos de regularização, especialmente no setor de turismo rural. Para sanar essa lacuna, a nova gestão atuará como um intermediário técnico para orientar sobre como protocolar processos de licenciamento e alvarás na SAMA de maneira mais rápida e correta, além de prestar auxílio em demandas variadas, desde autos de infração até pedidos de corte de vegetação e terraplanagem. Os planos e programas que compõem o novo Plano de Manejo foram fundamentados em dois pilares principais: as necessidades técnicas identificadas pela consultoria e, sobretudo a participação direta da população. As sugestões coletadas durante as oficinas públicas serviram como base para direcionar as prioridades de investimento e as regras de uso do solo na região. O foco para o ano de 2026 é transformar o conhecimento técnico acumulado, em facilitação da prática para quem vive e empreende na APA, garantindo que o desenvolvimento econômico ocorra em harmonia com a preservação ambiental. Josimar salienta que os programas estratégicos para a APA Serra Dona Francisca, embora nem todas as políticas públicas municipais dependam exclusivamente do Plano de Manejo, este serve como o principal guia de compatibilização técnica. Referente à implementação, o Plano foca nos subprogramas para captação de recursos, formação de parcerias e fortalecimento do Conselho Gestor. As próprias reuniões periódicas do Conselho são ações concretas de execução da política ambiental, em destaque para a capacitação técnica, com treinamentos de reciclagem dos conhecimentos para os Conselheiros. O objetivo é familiarizá-los com as novas possibilidades e regramentos do recém-aprovado Plano de Manejo, sendo que esse esforço deve estender-se à comunidade local, visando aproximar a orientação técnica de quem reside na Unidade, destacando-se o trabalho contínuo da Companhia Águas de Joinville (CAJ) no monitoramento dos mananciais e recursos hídricos. Tais atividades, somadas à fiscalização municipal de rotina realizada pela SAMA, são integradas como pilares da conservação da biodiversidade na região, portanto, a gestão integrada entre os dados técnicos da CAJ, a fiscalização ativa e a educação ambiental será o diferencial para garantir a eficácia do Plano de Manejo em seu primeiro ano de vigência. Josimar destaca como um dos pontos centrais, em relação ao Uso Público e Turismo Ordenado, a colaboração com a Secretaria de Cultura e Turismo para fomentar o desenvolvimento turístico de forma organizada, como os programas Caminhos da Dona Francisca e Caminhos do Piraí que necessitam de frequentes orientações tanto para os moradores quanto aos turistas que visitam a região, especialmente em áreas de banho. A gestão da APA atuará em conjunto com a Unidade de Desenvolvimento Rural (UDR) para fortalecer a agricultura familiar por meio do Plano de Desenvolvimento Rural. Além disso, vale ressaltar a continuidade do programa de Pagamento por Serviços Ambientais (PSA), executado pela Companhia Águas de Joinville e a intenção de estreitar os laços com a Secretaria de Cultura e

Turismo para a proteção e valorização do patrimônio histórico cultural presente na unidade. Outro importante fato foi o início de um trabalho de alinhamento institucional com o corpo técnico e de fiscalização da SAMA. O foco é capacitar os Fiscais sobre o novo Plano de Manejo e otimizar os fluxos de trabalho para tornar as respostas à comunidade mais ágeis. Josimar salientou o acompanhamento junto à Defesa Civil, que está em fase de atualização do Plano de Emergências da Serra Dona Francisca, visando garantir a segurança na região frente a possíveis incidentes. Nos próximos dias, serão intensificadas reuniões com entidades governamentais e da sociedade civil para consolidar essas parcerias e colocar os programas em prática ainda no primeiro semestre de 2026. Desta maneira, deve-se enfatizar o suporte técnico oferecido à Defesa Civil na estruturação do grupo de trabalho que revisa o plano de emergências para a região. Embora o tema não seja exclusivo do Plano de Manejo, a prevenção de acidentes é vital para a preservação da APA. Josimar lembrou que já está lotado fisicamente na UDR e à disposição para atender proprietários e empreendedores que possuam demandas ou sugestões imediatas, reiterando como a ação prioritária do ano, o treinamento de Conselheiros e entidades locais. O cronograma de cursos e treinamentos será divulgado nos próximos meses. O Conselheiro Ademir Sgrott, da AJM questiona se os Fiscais pertencem à equipe interna da UDR, e sugere a divulgação de *WhatsApp* ou *e-mail* para comunicação com o Órgão Gestor; no que Josimar esclareceu que a fiscalização é efetuada por equipe da SAMA e que o alinhamento institucional abrange tanto a equipe interna quanto os Fiscais de campo, que atuam diretamente nas ruas e respondem às reclamações recebidas via canais oficiais, *WhatsApp*, *e-mail* e telefone da SAMA. As demandas enviadas à Secretaria via telefone, *e-mail* ou *WhatsApp*, são triadas e encaminhadas aos fiscais, abrangendo tanto a equipe de escritório quanto os Fiscais de campo. Ademir indaga sobre a integridade física das equipes de fiscalização em áreas críticas; Josimar confirmou que já existe uma parceria consolidada entre a Polícia Militar, Guarda Municipal e a fiscalização, tanto na APA quanto em outras regiões de Joinville ressaltando que a necessidade de apoio policial é avaliada caso a caso, dependendo do risco da operação. Sobre o tema em questão, o Presidente Jovita destaca a apresentação do Projeto Piloto que integra a SAMA e a SEPROT. Um Fiscal da SAMA atua diretamente dentro da SEPROT para acompanhar as rondas da Guarda Municipal. O objetivo é acelerar o processo de notificação e autuação, permitindo que a administração pública responda de forma imediata às irregularidades. O fluxo envolve a formalização de documentos técnicos e a verificação pela Defesa Civil para constatar se há risco geológico ou estrutural envolvido. No final do ano passado, esse fluxo operacional permitiu diversas ações de demolição e controle imediato de ocupações irregulares. Sob a direção da Administração, representada pela SAMA, o modelo segue em fase de testes e refinamento para ajustar nuances técnicas e operacionais, reforçando que a parceria com a SEPROT tem sido fundamental para garantir que a fiscalização seja preventiva e eficiente. Jovita detalhou os desafios e ajustes no fluxo de fiscalização e atendimento à APA Serra Dona Francisca em 2026, focando na integração técnica e na melhoria dos processos e pareceres internos. Foi identificada a necessidade de aprimorar o fluxo entre a SAMA e a SEPROT, embora a SEPROT identifique as irregularidades em campo, cabe exclusivamente à equipe técnica da SAMA atestar se uma construção é regularizável, se está em Área de Preservação Permanente (APP) ou se a demolição é a medida cabível; devido à impossibilidade de enviar técnicos de ambas as Secretarias simultaneamente em todas as rondas, o foco atual é refinar a elaboração desses pareceres para dar segurança jurídica às operações. Uma grande operação foi realizada na última quarta-feira, 28 de janeiro, com 11 verificações em andamento. É importante destacar que as atuações da Prefeitura visam a verificação de processos e o cumprimento da lei; as famílias não estão sendo retiradas de suas moradias, nesses casos específicos de verificação. As equipes da Secretaria de Infraestrutura (SEINFRA) e das Unidades Regionais estão integradas para dar suporte logístico quando necessário. A Conselheira Dalzemira Anselmo da Silva Souza, da SECULT externa sua dúvida quanto à alocação de Josimar na UDR, indagando se o referido servidor ainda continua no quadro da SAMA, e se esta situação não poderia causar conflitos na implementação do Plano de Manejo; ao que Jovita esclareceu importante ponto sobre a alocação de Josimar e a gestão do Plano de Manejo. Embora Josimar esteja fisicamente lotado na Unidade de Desenvolvimento Rural (UDR) para facilitar o atendimento direto ao público, o chamado Núcleo Dona Francisca, a gestão da Unidade de Conservação, e a implementação do Plano de Manejo continuam sob a responsabilidade da Unidade de Gestão Ambiental (UGA), gerenciada por Magda Franco. A estratégia para 2026 é que a UDR funcione como a porta de entrada para orientar os proprietários e empreendedores, enquanto a UGA mantém a gestão técnica e os recursos voltados aos objetivos ambientais da Unidade. Jovita reforçou que essa descentralização física para a UDR exige investimentos em adaptação, mas é fundamental para aproximar a Prefeitura da comunidade rural. A SAMA mantém a responsabilidade integral pela implementação, monitoramento e fiscalização do Plano de Manejo. O servidor Josimar foi lotado na Unidade de Desenvolvimento Rural, para atuar como um braço de atendimento direto à população, devido ao seu vasto conhecimento técnico, assim, as cobranças sobre a execução do Plano devem ser direcionadas à SAMA, enquanto Josimar focará na orientação e no suporte aos proprietários e produtores da região. A Conselheira Júlia Turrek de Santana, da OAB, argumenta que a Regularização fundiária é um processo que afeta diretamente as pessoas que sofrem a fiscalização e questiona se o Decreto que institui o Plano de Manejo, já está pronto ou qual o seu estágio atual; Jovita esclarece que o documento já saiu da Procuradoria Geral do Município e está na Secretaria de Governo. Um lançamento oficial está sendo planejado junto à Secretaria de Comunicação para divulgar as melhorias e diretrizes à comunidade. Com a publicação do novo Plano de Manejo, os processos de Regularização Fundiária Urbana (REURB) que estavam sobrestados, ou seja, parados, poderão retomar o trâmite normal. O Conselheiro Felipe Romer Batista, da SEHAB sugeriu que empresas e proprietários aproveitem o período antes da publicação oficial para reorganizar documentos e corrigir erros primários em seus processos, garantindo que o fluxo na SAMA seja mais ágil após a vigência do novo Decreto. O Conselheiro Anselmo Benvindo Cadorin, da AEA Babitonga mencionou a necessidade de correções na lista de *e-mail* e *WhatsApp* de titulares e suplentes, como no caso da representação da AEA Babitonga. Jovita solicitou ao Secretário José Neto a atualização das informações no grupo do Conselho para garantir que todos os membros estejam devidamente cadastrados. Sem mais contribuições o Presidente Jovita encerra esta pauta, passando para o próximo item. **Pauta 4) Sugestões de Pauta e Palavra Livre: 4.1)**

IQA/PSA. O Presidente Fábio Jovita abre este item passando a palavra para a Conselheira Daiane Paul Nunes, da CAJ, a qual cumprimenta a todos, e inicia sua fala apresentando o relatório de monitoramento dos mananciais e as atualizações do programa de Pagamento por Serviços Ambientais (PSA), com dados referentes a janeiro de 2026. Os resultados indicam que tanto o Rio Cubatão quanto o Rio Piraí operam dentro da vazão ecológica permitida, com 10.240 e 1.176 L/S respectivamente. A qualidade da água (IQA) foi classificada como "boa" no Cubatão (72,33) e no Piraí (74,79). Quanto ao monitoramento de agrotóxicos realizado trimestralmente conforme a Portaria 888/2021, do Ministério da Saúde, a última análise de janeiro não detectou a presença de nenhum dos 87 parâmetros monitorados nas captações. Daiane detalha o Programa abrangendo uma área de 3.050,26/ha, sendo 22901,05/ha de área verde, e 162,21/ha contratado. O valor médio pago atual é de R\$670,28/ha; quanto ao desenvolvimento do Programa atualmente conta com 27 termos de adesão assinados, 7 termos em negociação, 33 manifestos de interesses assinados e 11 demonstrações de interesse. Jovita destaca avanços significativos na gestão do programa de conservação com o anúncio de possível participação financeira da SAMA no programa, conforme noticiado na última reunião do Conselho. As equipes técnicas da Secretaria e da Companhia Águas de Joinville já iniciaram as negociações para formalizar o aporte de recursos. Prosseguindo, Daiane ressalta que outro fato relevante foi a contratação da empresa Água e Solo Estudos e Projetos para atuar como Secretaria Executiva do programa. Embora não seja sediada em Joinville, a empresa disponibilizará uma equipe multidisciplinar robusta no local, composta por Engenheiro Agrônomo, Engenheira Ambiental, Biólogo, Socióloga e Profissionais de Marketing. A nova estrutura visa dar agilidade à gestão e ampliar o alcance do programa, que atualmente conta com contratos individuais que somam cerca de 15 hectares preservados. A profissionalização da gestão e o novo aporte financeiro deverão permitir a expansão do programa para mais propriedades rurais nas bacias do Cubatão e do Piraí. A empresa contratada iniciará os trabalhos com um diagnóstico geral da região para revisar o programa e estabelecer metas e indicadores. A equipe técnica visitará as propriedades que já manifestaram interesse para elaborar os projetos de adesão. Daiane solicitou a colaboração dos Conselheiros para informar os vizinhos sobre a aplicação de questionários de campo e comprometeu-se a trazer a equipe da Água e Sol para uma apresentação formal em reunião futura. Na sequência, Daiane anunciou uma nova contratação estratégica para as bacias do Cubatão e do Piraí, abrangendo a estação atual e a nova unidade Piraí Sul, em construção. O estudo será entregue em quatro etapas fundamentais: 1) Estudo detalhado de disponibilidade hídrica; 2) Proposta de outorga sazonal para a ETA Piraí, definindo limites de coleta por período; 3) Plano de monitoramento de vazões, e 4) Plano de adaptação às mudanças climáticas. A equipe responsável por este diagnóstico trabalhará de forma integrada com a Secretaria Executiva para otimizar o levantamento de dados na região. O contrato já está assinado e as reuniões iniciais foram realizadas para alinhar a aplicação dos questionários junto aos moradores, com previsão de início para março de 2026 e conclusão em setembro de 2027. A Conselheira Dalzemira Anselmo da Silva Souza, da SECULT questiona se a coleta de água é realizada em vários pontos de captação e se variáveis como fortes chuvas, são consideradas nas análises; Daiane esclareceu que as análises de agrotóxicos seguem um cronograma trimestral fixo em pontos específicos de captação no Cubatão e no Piraí. Diante do histórico de resultados sem detecção, o monitoramento foi mantido nesses pontos estratégicos. Dalzemira indagou se por conta do histórico das análises, é efetuado biomonitoramento, utilizando peixes como bioindicadores, para avaliar a bioacumulação de substâncias a longo prazo e possíveis danos genéticos à fauna local. A Conselheira Patrícia Helena Eggert Karnopp, da CAJ afirmou que atualmente não é efetuado o biomonitoramento, e acolheu a sugestão de Dalzemira para avaliar a viabilidade de pesquisas nesse sentido junto a parceiros, visando integrar esses dados, inclusive, às estratégias de Pagamento por Serviços Ambientais (PSA). O Conselheiro Paulo Roberto Schulze, da ASBANVILLE ressaltou o baixo volume de chuvas em janeiro de 2026 em comparação a anos anteriores, notando que rios e ribeirões menores chegaram a considerável nível de seca. Daiane confirmou que estatisticamente o nível está baixo, o que reforça a importância dos estudos de outorga sazonal para a nova ETA Piraí Sul. Dalzemira indaga sobre a localização da nova ETA; no que Daiane informou que a supracitada ETA localiza-se às proximidades da Igreja Arautos do Evangelho e será detalhada em um mapa a ser compartilhado no grupo da plenária e apresentado na próxima reunião. O Conselheiro Ademir Sgrott, da AJM inquiriu se os estudos contratados realizarão um comparativo histórico entre os últimos 10 a 15 anos das vazões dos rios Cubatão e Piraí, demonstrando sua preocupação com a variação do volume de água nos rios da região da APA. Daiane confirma que o objetivo é criar projeções robustas para o futuro, permitindo entender as variações mensais e sazonais. Essa análise é fundamental para os agricultores locais, especialmente rizicultores que dependem de um volume constante de água para suas plantações. A Conselheira Amanda Zimmermann Poltronieri, da ATERJ questiona a sobre a abrangência da nova Estação Piraí Sul, porquanto, atualmente a água que chega à Comunidade frequentemente apresenta considerável quantidade de sujeira; Jovita salientou que a estrutura de captação está localizada fora do perímetro da APA, no entanto reforçou a necessidade de preservação das cabeceiras para garantir a qualidade da água que será enviada para o tratamento e que a nova unidade terá como foco o abastecimento da Região Sul de Joinville, atendendo a uma população que hoje não é servida por esse manancial. Patrícia confirmou que as características de ocupação e uso do solo da bacia foram rigorosamente consideradas na definição do processo tecnológico de tratamento da nova planta. Outro ponto importante foi a criação do Programa Águas para Sempre, tanto para a região do Piraí quanto para a região do Piraí Sul. **4.2.)** Inscritos: Marli Sacavem; Nivaldo Sacavem; Vanderlei Monteiro: A Conselheira Marli Fleith Sacavem, da APROÁgua, sugeriu uma nova capacitação em razão da chegada de novos Conselheiros no Conselho. O servidor Luiz Carlos Pereira Maia, da SDE.UDR, ressaltou que o servidor Josimar tenha uma pauta permanente nas reuniões mensais do Conselho. O objetivo é que ele apresente atualizações técnicas contínuas sobre o Plano de Manejo e as demandas atendidas no novo Espaço do Empreendedor Rural da UDR. O Presidente Jovita confirma que Josimar apresentará atualizações da implementação do Plano nas próximas reuniões, e a SAMA estuda como articular o braço do programa de Pagamento por Serviços Ambientais (PSA) diretamente com os produtores para facilitar o acesso aos benefícios de preservação. O Conselheiro Vanderlei Monteiro, da APROÁgua, agradece pela oportunidade de

integrar o Conselho em 2026, e destaca a importância técnica de realizar estudos de vazão e monitoramento das bacias, mas apresenta um questionamento central: a necessidade de confrontar os dados de preservação ambiental com o investimento exponencial e o crescimento do consumo de água na área urbana. Vanderlei argumenta que é fundamental verificar se o processo de preservação dentro da APA será suficiente para comportar o adensamento populacional da cidade. Daiane confirma que essas variáveis serão consideradas nos diagnósticos e concorda que seria interessante trazer números comparativos, uma vez que as vazões dos rios Cubatão e Piraí oscilam, enquanto o consumo urbano apresenta um crescimento exponencial constante. Vanderlei Monteiro, traz um dado alarmante e atual sobre o consumo hídrico dos *Data Centers* dedicados à Inteligência Artificial, estimando que a cada 80 consultas consomem entre meio litro a um litro água, usados para o resfriamento das centrais de dados. O crescimento exponencial de Joinville, somado ao avanço do "meio virtual", gera uma demanda de água que precisa ser contabilizada. É necessário cruzar os dados de mudanças climáticas e o comportamento social urbano para entender o real impacto no abastecimento vindo da Serra. Prosseguindo, Vanderlei comenta sua experiência no setor industrial citando uma analogia onde a cidade é a empresa, o Prefeito é o Presidente, e a SAMA atua como o Departamento de Segurança e Gestão do Trabalho. Desta forma, um operário é considerado hipossuficiente perante a complexidade das normas de segurança, o proprietário rural em uma unidade de conservação também deve ser visto como limitado para interpretar a vasta e complexa legislação ambiental. Vanderlei sugere uma mudança de paradigma: focar mais na gestão e menos na fiscalização punitiva; se a gestão for eficiente e o acompanhamento for próximo, o proprietário não chegará ao ponto de ser notificado ou multado, enfatizando que a punição é o último recurso, e quando ela ocorre, significa que o sistema falhou. Se uma construção irregular ocorre ou se há um crime ambiental, o dano já foi causado. Nesse cenário, tanto o Conselho quanto a SAMA teriam falhado em sua missão educativa e gestora. Vanderlei alerta que na linha do Direito Ambiental, o Órgão Gestor pode vir a ser responsabilizado de forma solidária pelo dano, caso não tenha atuado preventivamente. Vanderlei celebra a vinda de Josimar Neumann para a UDR como o passo concreto para essa "gestão de mãos dadas", onde o braço técnico da Prefeitura auxilia o produtor a cumprir a Lei antes que a infração aconteça. O Conselheiro Ademir Sgrott, da AJM apresentou um questionamento sobre possíveis compensações financeiras por parte de uma concessionária de energia elétrica em favor da APA, que instalou uma grande subestação e linhas de transmissão na região do Piraí e arredores. Jovita esclareceu que por se tratar de uma linha de transmissão intermunicipal/ interestadual, o licenciamento ambiental é de competência do Instituto do Meio Ambiente de Santa Catarina (IMA), ou do IBAMA, e não da SAMA. O município não possui autonomia para exigir medidas compensatórias diretamente de empreendimentos licenciados por órgãos estaduais ou federais, a menos que haja convênios específicos ou que a intervenção afete diretamente o patrimônio municipal de forma a permitir tal cobrança e exemplificou, citando a situação com o projeto da Unidade de Recuperação Energética (URE) e do Ecoparque. No caso do aterro sanitário, as medidas compensatórias e a transformação para parque tecnológico foram convencionadas dentro da renovação da Licença Ambiental de Operação (LAO), que é um processo gerido localmente ou com forte participação municipal, e embora a Prefeitura busque parcerias, deve-se respeitar os limites da Lei para não extrapolar suas atribuições. Vanderlei ressalta que ficou estabelecido, conforme o novo Plano de Manejo, que as linhas de transmissão de energia estão previstas nas zonas de sobreposição, sendo legalmente permitidas desde que possuam as licenças dos órgãos competentes (IMA/ IBAMA); a compensação financeira não é automática; ela só caberia se a empresa fizesse uso direto de benefícios gerados pelas restrições da Unidade de Conservação, como o uso de quedas d'água para geração, e exemplifica caso da CAJ (Companhia Águas de Joinville), que se beneficia das restrições impostas aos proprietários porque estas garantem água mais pura, justificando, assim, o repasse de recursos (PSA). Como a linha de transmissão apenas atravessa o território sem consumir serviços ecossistêmicos específicos da UC, não há amparo legal para a cobrança de compensação adicional além das taxas de licenciamento. O Conselheiro Anselmo Benvindo Cadorin, da AEA Babitonga mencionou que durante todo o exaustivo processo de elaboração do novo Plano, não houve qualquer diretriz ou fato concreto sobre a perda de frações territoriais de Joinville para outros municípios dentro da área da APA, o que está acontecendo com o Alto Quiriri e Campo Alegre, enfatizando que este é um projeto do Poder Legislativo e não do Executivo. Jovita destacou que o Plano de Manejo foi elaborado e atualizado com base no mapa gráfico atual de Joinville, ressaltando que um Plano de Manejo não pode ser construído sobre "expectativas de direito", ou seja, Projetos de Lei do Legislativo que visam anexar áreas à Campo Alegre, como exemplo, mas sim sobre o território oficial existente. Caso o Projeto de Lei avance e remova frações do território de Joinville, o perímetro do Plano de Manejo deverá ser alterado consequentemente, pois não pode haver um plano municipal que regre território de outro município. Cadorin registra que Joinville já iniciou trabalhos em parceria com o município de Garuva para tratar de áreas limítrofes onde os dois territórios sofrem consequências mútuas de gestão ambiental, servindo como modelo para futuras integrações regionais. Jovita reforça que o foco é a execução do Plano sobre a geografia consolidada de Joinville, garantindo segurança jurídica aos proprietários e ao Órgão Gestor. Vanderlei salienta que a origem da polêmica remete a uma revisão de divisas promovida pela Assembleia Legislativa (ALESC) em 2007. Naquela ocasião o território de Joinville avançou sobre áreas que pertenciam a Campo Alegre, com o objetivo técnico de proteger as bacias hidrográficas do Rio Cubatão. A mudança de 2007 fez com que a linha divisória passasse a "cortar" propriedades e comunidades ao meio, como exemplo, o caso de uma escolinha que parte ficou em Joinville e a outra parte em Campo Alegre. Proprietários que antes resolviam suas demandas em Campo Alegre agora precisam "descer a serra" para tratar de regularizações e negócios em Joinville, onde as regras são percebidas como mais rígidas. A Associação de Moradores da Região de Laranjeiras (AMORELA) lidera um movimento para que essas propriedades retornem à jurisdição de Campo Alegre. O argumento é de que a reivindicação é legítima, pois busca restaurar uma situação anterior à revisão de 2007, facilitando a vida prática dos moradores que possuem maior vínculo com o município vizinho. O Presidente Jovita reiterou que o Plano de Manejo da APA Serra Dona Francisca foi elaborado com base no mapa oficial atual de Joinville, ressaltando que a administração pública não pode basear políticas em Projetos de Lei em tramitação, ou seja, expectativa

de direito, mas sim no território consolidado. O Conselheiro Vanderlei Monteiro sustenta que a proposição legislativa de revisão das divisas é um processo que corre de forma independente ao Plano de Manejo. Caso a ALESC aprove a mudança territorial no futuro, o perímetro da APA e as regras de gestão de Joinville precisarão ser ajustados para excluir as frações que retornarem a Campo Alegre, enfatizando o respeito aos setores técnicos do IBGE e aos órgãos Estaduais, mas reforçou que, enquanto a Lei não mudar, a SAMA deve exercer sua autoridade sobre o mapa geográfico vigente em 2026. O município de Campo Alegre possui uma área aproximada de 500 km<sup>2</sup>, dimensão comparável à da APA Serra Dona Francisca, que abrange cerca de 400 km<sup>2</sup>, no entanto, apesar das semelhanças em tamanho, existe uma considerável lacuna na prestação de serviços públicos em relação aos serviços ofertados em Joinville. Em Campo Alegre, município com 12 mil habitantes, é altamente eficiente no suporte "da porteira para dentro", fornecendo assistência veterinária e agrônômica integral, além de insumos como sementes de milho e calcário, e maquinário agrícola para todos os proprietários rurais. Em Joinville percebe-se uma ausência de suporte prático ao produtor nas áreas de divisa, o que motiva os moradores a buscarem o retorno de suas terras à jurisdição de Campo Alegre. A atual configuração das divisas é fruto de uma revisão promovida pela Assembleia Legislativa (ALESC) em 2007. Naquela ocasião Joinville avançou sobre o território de Campo Alegre com a justificativa técnica de proteger as bacias hidrográficas do Rio Cubatão. Contudo, essa mudança resultou em propriedades "cortadas" ao meio pela nova linha divisória, obrigando moradores que historicamente possuíam vínculos com Campo Alegre a buscarem atendimento em Joinville, o que gerou dificuldades logísticas e perda de benefícios agrícolas. Vanderlei contesta a tese de que a bacia hidrográfica precisa pertencer ao território de Joinville para ser protegida, citando como exemplo da Bacia do Rio Vermelho, que nasce em Campo Alegre e abastece São Bento do Sul sem que houvesse necessidade de alteração de limites entre esses municípios, e sugere que a proteção das nascentes pode ser garantida por Unidades de Conservação, como o proposto Parque Nacional, independentemente da administração municipal do solo. O processo de revisão territorial já avançou por meio de audiências públicas com a participação da comunidade e de representantes da SAMA Joinville, e esclarece que a proposta atual de alteração de limites é uma iniciativa do Poder Legislativo que para ser concretizada, dependerá de um acordo político entre os dois municípios na ALESC e da formalização da desafetação das áreas da APA no âmbito de Joinville. Vanderlei ressalta que no passado existiram convênios entre as Prefeituras de Joinville e Campo Alegre que permitiam uma gestão compartilhada mais fluida. Contudo, essa cooperação sofria interrupções críticas a cada mudança de gestão municipal ou vencimento de contratos: Embora itens como sementes de milho dependessem de questões fiscais vinculadas ao domicílio do produtor, serviços como manutenção de estradas e assistência "porteira adentro" eram realizados via convênio. A descontinuidade desses acordos nas últimas gestões deixou a comunidade da parte alta da Serra desassistida, reforçando o desejo de anexação definitiva à Campo Alegre para garantir a perenidade dos serviços. A gestão atual de Joinville enfrenta dificuldades práticas para atender a região do Alto Quiriri; é financeiramente inviável e ineficiente deslocar maquinário pesado da área urbana de Joinville, subindo toda a Serra Dona Francisca, para realizar o patrolamento de estradas ou prestar assistência rural. Em contraste, a estrutura de Campo Alegre já está posicionada na parte alta da Serra, facilitando o atendimento imediato. Portanto, a realidade relatada pelos moradores é de uma dependência consolidada dos serviços do município onde a população local já utiliza as escolas, o transporte escolar e as unidades de saúde de Campo Alegre. Desta maneira, Joinville é percebida como ausente na prestação desses serviços básicos naquela faixa de fronteira, deixando os moradores em uma "área jurídica invisível", onde Joinville não atende e Campo Alegre não pode intervir legalmente por questões de jurisdição. O Conselheiro Adilson Gorniack, da SEPUR comenta que o processo para resolver esse impasse tramita há quase um ano, e que em gestões anteriores já existiram tentativas de formalizar parcerias, mas que agora o caso está sob análise de um relator na Assembleia Legislativa (ALESC), que deverá ouvir novamente a comunidade e as Prefeituras envolvidas. A Conselheira Dalzemira manifestou preocupação ao descobrir, por meio do acompanhamento de projetos na Câmara de Vereadores, a existência da proposta de alteração territorial na região de Laranjeiras. Jovita esclareceu que o projeto não partiu da Prefeitura (SAMA), mas sim de uma articulação política entre Vereadores e Deputados Estaduais. Dalzemira prossegue, corroborando as palavras do Conselheiro Cadorim, ressaltando que Joinville investiu anos de trabalho para atualizar o Plano de Manejo considerando toda a área atual, incluindo as nascentes do Rio Cubatão. A Conselheira manifestou preocupação com a postura do Conselho diante da possível perda territorial da região de Laranjeiras, questionando se o Conselho deveria permanecer passivo após o exaustivo trabalho de atualização do Plano de Manejo da APA Serra Dona Francisca, argumentando que o desmembramento dessa área, onde se localizam nascentes do Rio Cubatão, não deveria ocorrer de forma isolada, defendendo a necessidade de uma audiência pública ampla que envolva todos os atores interessados, e não apenas o público local, para evitar que a decisão seja tomada "sem o debate ou análise adequada". Jovita esclareceu os questionamentos sobre o trâmite legislativo que o Vereador Wilian Tonezi é o autor da proposta de revisão territorial e o Relator do processo na Assembleia Legislativa é o Deputado Estadual Sargento Lima. O Conselheiro Vanderlei manifestou que, o processo tem seguido os ritos legais, incluindo comunicações via carro de som e divulgações oficiais para a realização de audiências públicas, e ressaltou que a Administração Municipal tem acompanhado os trâmites, mas que a soberania sobre a mudança de limites cabe ao Poder Legislativo. Para garantir que o Conselho atue de forma informada, Jovita propôs que o Vereador Wilian Tonezi ou sua assessoria sejam convidados para a próxima reunião da APA para explicar detalhadamente o projeto, o histórico das justificativas e o *status* atual da tramitação e que após a explanação técnica do autor do projeto, os Conselheiros poderão debater e decidir, via votação democrática, se o Conselho emitirá ou não uma manifestação oficial, favorável ou contrária, sobre o desmembramento da área, reforçando que qualquer manifestação do colegiado deve refletir a vontade da maioria e respeitar os procedimentos institucionais, mantendo o foco na proteção ambiental das nascentes, independentemente da jurisdição territorial. Prosseguindo, o Presidente Jovita colocou em votação o convite oficial ao Vereador Wilian Tonezi para que ele, na condição de autor da proposta legislativa, compareça à próxima reunião do conselho. O objetivo é que o parlamentar apresente o Projeto de Lei, detalhando os termos técnicos da

demarcação e o *status* da tramitação. Trata-se de um convite para esclarecimento e diálogo, e não de uma convocação mandatória, respeitando a autonomia dos Poderes. O Secretário Executivo José Neto e a Gerente Magda ficarão responsáveis por verificar a terminologia jurídica correta da proposta legislativa para instruir os Conselheiros. A proposta de convite ao Vereador foi aprovada pela maioria do Conselho, registrando-se apenas um voto contrário. O Secretário Executivo José Augusto de Souza Neto pontuou que o Projeto de Lei em trâmite trata especificamente da desafetação da área, ou seja, a retirada formal da região de Laranjeiras dos limites da APA Serra Dona Francisca. Diferente da simples mudança de limites municipais, a desafetação de uma área de proteção ambiental exige obrigatoriamente a oitiva e o parecer deste Conselho, citando como precedente o caso recente da região de Canela. A eventual transferência de território é um processo posterior que envolve instâncias como o Governo do Estado e o IBGE, mas um primeiro passo legal dentro do município é a desafetação da UC. Neto ressaltou a necessidade de verificação de um eventual vício de origem do Projeto de Lei, uma vez que matérias que alteram perímetros de Unidades de Conservação ou organização administrativa geralmente devem ser de iniciativa exclusiva do Poder Executivo, ou seja, da Prefeitura. O Presidente Jovita externa a expectativa que o Vereador Wilian Tonezi, autor da proposta, esclareça esses pontos jurídicos e o *status* atual do projeto na próxima reunião do Conselho, e sem mais manifestações, não havendo demais manifestações e contribuições, agradeceu a presença de todos os presentes, declarou encerrada a reunião às 19h45min, sendo extraída a presente Ata, assinada pelo Presidente do Conselho, após aprovação dos demais Conselheiros.

**Fábio João Jovita**

Presidente do Conselho Gestor da APA Serra Dona Francisca

**Marli Fleith Sacavem**

Vice-Presidente do Conselho Gestor da APA Serra Dona Francisca

**Guilherme Miozzo da Cunha**

**José Augusto de Souza Neto**

**Luiz Carlos da Silva Seixas**

[SAMA - Unidade de Apoio aos Conselhos](#)

\*\*A gravação em áudio desta reunião se encontra arquivada na Unidade de Apoio aos Conselhos (SAMA.UAC)



Documento assinado eletronicamente por **Fabio Joao Jovita, Secretário (a)**, em 25/03/2026, às 15:58, conforme a Medida Provisória nº 2.200-2, de 24/08/2001, Decreto Federal nº 8.539, de 08/10/2015 e o Decreto Municipal nº 21.863, de 30/01/2014.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site <https://portalsei.joinville.sc.gov.br/> informando o código verificador **28309276** e o código CRC **17B40A2B**.

Rua Dr. João Colin, 2.719 - Bairro Santo Antônio - CEP 89218-035 - Joinville - SC - [www.joinville.sc.gov.br](http://www.joinville.sc.gov.br)

26.0.025057-8

28309276v220